

ANEXO IX – JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

A 8ª Superintendência Regional da Codevasf atua no Vale dos Rios: Gurupi, Itapecuru, Mearim, Munim, Parnaíba, Pericumã, Tocantins e Turiaçu. Atuando em todos 217 municípios maranhense, numa extensão de aproximadamente 331.983 km².

O volume de recurso federal administrado pela 8ª Superintendência é na ordem de R\$ 200 milhões. Atualmente, são acompanhados e fiscalizados pela Gerência de Desenvolvimento e Infraestrutura 8ªGRD cerca de 180 convênios, 25 contratos e 10 Termos de Compromisso, sob a responsabilidade da 8ª Superintendência Regional Codevasf.

Diante do quadro técnico numericamente limitado dos funcionários da 8ªSR, a proximidade do término da vigência do contrato de Apoio a Fiscalização e a extensa área territorial a ser coberta pela Fiscalização ou ainda demanda nos projetos. Para atender a crescente demanda no número de convênios, contratos e projetos, será necessário o envolvimento de um maior número de pessoas para executar serviços de Apoio. Frequentemente a fiscalização da Codevasf executam percursos que ultrapassam os 1.000 km com deslocamento para a vistorias nas obras, vem exigindo muito tempo no deslocamento entre a capital, São Luís, onde se encontra a sede da Codevasf e o município a ser fiscalizado e ainda são demandas com tarefas rotineiras internas inerentes a funções da Codevasf, análises de projetos tramites processuais e outros o que justifica-se a viabilização da contratação de uma equipe de apoio à fiscalização e para o acompanhamento dos Convênios e Contratos e consultoria técnica na elaboração e levantamento de dados, no âmbito da 8ª Superintendência da Codevasf.

Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários:

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago, somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Permite Participação de Consórcios: Não

Visita: Declaração de conhecimento do local de execução dos serviços.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Desapropriação: Não aplicável.

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em lotes: não aplicável.

Critério de Julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado: Sim

Sustentabilidade Ambiental: Não será exigida licença ambiental para a referida licitação.

Justificativa Serviços Comuns: O serviço de Apoio a Fiscalização é um serviço de engenharia, não podendo ser considerado um serviço de natureza comum. Na falta dos serviços de Apoio a Fiscalização, a Administração Pública da Codevasf poderá ser bastante prejudicada de forma a comprometer a continuidade nos serviços já prestados pela Codevasf, sobrecarregando os seus profissionais. Conforme definição do serviço continuado “é aquele cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração”. Tendo em vista o comprometimento ou mesmo a interrupção parcial, o objeto da licitação poderá ser **considerado um serviço continuado.**

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. A contratada responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica: Todas as exigências da Qualificação Técnica (Habilitação) estão de acordo com o porte e complexidade dos serviços técnicos a serem desenvolvidos no contrato.

ITEM	SERVIÇO
1.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras de Sistema de Abastecimento de Água, incluindo: captação, reservatório e distribuição ou similar – 1 (uma) obra.
2.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras Rodoviárias, incluindo: terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente e drenagem – 1 (uma) obra.
3.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de Edificações, incluindo: instalações elétricas, estrutural e hidro-sanitárias – 1 (uma) obra.
4.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obra de Terraplenagem – 1 (uma) obra.

Divulgação do valor orçado: O orçamento de referência foi utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, logo a divulgação do valor orçado se faz obrigatória, em conformidade ao Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, e em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.